

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS

ANEXO DE METAS E PRIORIDADES AO PROJETO DE LEI - LDO
EXERCÍCIO: 2009

PROGRAMA/OBJETIVO/AÇÃO	PRODUTO/UNIDADE DE MEDIDA	Q
0120 - MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA PGE		
MELHORAR A QUALIDADE DOS SERVIÇOS OFERTADOS PELA PGE.	IMÓVEL ADQUIRIDO PARA	10
12710000 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SEDE DA PGE	MODERNIZAÇÕES/%	30
12720000 - CONSTRUÇÃO DA ESCOLA SUPERIOR DA PGE	ESCOLA SUPERIOR DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CRIADA E CONSTRUÍDA/%	
0165 - ACESSO À JUSTIÇA		
AMPLIAR O ACESSO DA POPULAÇÃO À JUSTIÇA, PROMOVENDO AÇÕES QUE VIABILIZEM A REDUÇÃO DA ERRADICAÇÃO, DA INDIGÊNCIA E DAS DESIGUALDADES SOCIAIS OFERECENDO CIDADANIA AOS MAIS NECESSITADOS.	PESSOAS ASSISTIDAS/Un	78
14650000 - AMPLIAÇÃO DO ACESSO DA POPULAÇÃO À JUSTIÇA	PESSOAS ASSISTIDAS/Un	78
14660000 - PROMOÇÃO DE MELHORIA DA ASSISTÊNCIA JURÍDICA	PESSOAS ASSISTIDAS/Un	78
14710000 - FORTALECIMENTO DA INTERAÇÃO GOVERNO/SOCIEDADE - DEFENSORIA PÚBLICA		
0030 - OUVIDOR COMUNITÁRIO		
ESTABELEÇER A INTERAÇÃO ENTRE GOVERNO E COMUNIDADE	LÍDERES E DIRIGENTES	35
10210000 - OUVIDOR COMUNITÁRIO	COMUNITÁRIOS CAPACITADOS/Un	
0195 - REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DELEGADOS/CONCEDIDO		
FISCALIZAR E REGULAR OS SERVIÇOS DELEGADOS/CONCEDIDOS, NA ÁREA DO GÁS CANALIZADOS, TRANSPORTES INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS, E A ENERGIA ELÉTRICA.		
15500000 - REALIZAÇÃO DE CAMPANHA EDUCATIVA	CAMPANHAS REALIZADAS/Un	5
16100000 - FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS/ENERGIA/GÁS/SANEAMENTO/TRANSPORTES	FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS REALIZADOS/Un	28
16130000 - DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS E PESQUISA	ESTUDOS E PESQUISAS ÁREAS REGULADAS DESENVOLVIDAS/Un	5
0012 - AMBIENTE AGRÍCOLA SUSTENTÁVEL		
PROMOVER A SUSTENTABILIDADE DAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS.		
10030000 - REVITALIZAR AS MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO	MICROBACIAS	5
10040000 - MELHORIA DA QUALIDADE GENÉTICA DOS REBANHOS BOVINOS , CAPRINOS E OVINOS (PROGENÉTICA)	CENTRAL DE INSEMINAÇÃO RECUPERADA E IMPLEMENTADA/Un	1
0033 - DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA		
AMPLIAR AS OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS		
10500000 - DINAMIZAR O SETOR PESQUEIRO E AQUÍCOLA DO ESTADO	AQUICULTORES	14
0096 - FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR		
ESTABELEÇER AÇÕES VOLTADAS PARA O FORTALECIMENTO E DIMINUIÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR MEDIANTE À ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS QUE VISAM PROMOVER O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, SEGURANÇA ALIMENTAR, GERAÇÃO DE RENDA, AGREGAÇÃO DE VALOR AOS PRODUTOS AGRÍCOLAS OU NÃO AGRÍCOLAS, REDUÇÃO DA POBREZA E INCLUSÃO SOCIAL.		

**ANEXO DE METAS E PRIORIDADES AO PROJETO DE LEI - LDO
EXERCÍCIO: 2009**

**GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROGRAMA/OBJETIVO/AÇÃO**

PROGRAMA/OBJETIVO/AÇÃO	PRODUTO/UNIDADE DE MEDIDA	Q
11600000 - PROMOVER ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (PRONAF/ATER)	AGRICULTORES FAMILIARES ASSISTIDOS/Un	45
11640000 - DINAMIZAÇÃO E EXPANSÃO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APL)	APL'S FORTALECIDOS/Un	12
11910000 - AMPLIAR AS AÇÕES DO PROGRAMA SOCIAL DO LEITE (SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL)/FECOEP	LEITE DISTRIBUÍDO/LT	29
11920000 - IMPLEMENTAÇÃO DOS PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS (AGROINDÚSTRIA FAMILIAR) PRONAF	UNIDADES DE BENEFICIAMENTOS IMPLANTADAS/Un	4
0073 - PESQUISA, GERAÇÃO E ADOÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS		
AUMENTAR A COMPETITIVIDADE DO SETOR AGRÍCOLA EM MODELOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL		
10800000 - PROMOVER A PESQUISA SÓCIO-ECONÔMICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR	SISTEMA DE PRODUÇÃO IMPLANTADO/Un	40
0136 - IMPLANTAÇÃO DE MERCADOS DE ABASTECIMENTOS		
DOTAR O ESTADO DE ALAGOAS DE MERCADOS ESPECÍFICOS, MODERNOS E EFICIENTES		
13280000 - CONSTRUÇÃO DE MERCADOS ATACADISTAS-CEASA	CEASA CONSTRUÍDA/Un	1
0142 - INCENTIVO A COMERCIALIZAÇÃO		
DOTAR MERCADO E PRODUTORES DOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E BENEFICIAMENTO DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS.		
13670000 - INCENTIVO A COMERCIALIZAÇÃO COMPETITIVA	COMERCIALIZAÇÃO INCENTIVADA/%	50
0098 - CIDADANIA NO CAMPO		
REALIZAR POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS ENVOLVENDO VÁRIOS SETORES DA SOCIEDADE QUE LUTAM PELA JUSTIÇA, DIGNIDADE, SOLIDARIEDADE, DEMOCRACIA E VIDA PLENA PARA TODOS, TENDO COMO EIXO ORIENTADOR A SUPERAÇÃO DA EXCLUSÃO SOCIAL DO CAMPO.		
15430000 - DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADES	COMUNIDADE ASSISTIDA/Un	75
0193 - FORMAÇÃO, PESQUISA E PROMOÇÃO INSTITUCIONAL		
ATUAR NA CAPACITAÇÃO DA POPULAÇÃO ATENDIDA DE FORMA INTEGRADA AS DEMAIS AÇÕES DO GOVERNO, POR MEIO DE CURSOS, TREINAMENTO, ASSESSORIAS, SEMINÁRIOS E OFICINAS, DANDO OPORTUNIDADES DE ESTÁGIOS, COM O OBJETIVO DE CONTRIBUIR COM A FORMAÇÃO ACADÊMICA E PROFISSIONAL DE ESTUDANTES DE CURSOS DE ENSINO MÉDIO, SUPERIOR E PROFISSIONALIZANTE, PERMITINDO-LHES CONHECER O TRABALHO DESENVOLVIDO PELO ÍTERAL.		
15460000 - CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS E COMUNIDADES ASSISTIDAS PELO ÍTERAL	CAPACITAÇÃO REALIZADA/Un	23
15490000 - IMPLEMENTAÇÃO DO NÚCLEO DE INFORMÁTICA	NÚCLEO DE INFORMÁTICA IMPLEMENTADO/%	25
0095 - REESTRUTURAÇÃO FUNDIÁRIA		
EXECUTAR A POLÍTICA FUNDIÁRIA DO ESTADO DE FORMA A ESTABELECE UM ARRANJO ESPACIAL DO SOLO AGRÍCOLA QUE CONTEMPLE DE FORMA ADEQUADA AS SUAS FUNÇÕES SOCIAIS, CALÇADAS PREPONDERANTEMENTE NA AGRICULTURA FAMILIAR E ATUAR NA PREVENÇÃO E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS AGRÁRIOS.		
15310000 - CADASTRO FUNDIÁRIO	IMÓVEL CADASTRADO/Un	50
15340000 - REGULARIZAÇÃO DE ASSENTAMENTO	MEDIAÇÃO CONCLUÍDA/Un	10
15350000 - MEDIAÇÃO DE CONFLITOS AGRÁRIOS	MEDIAÇÃO CONCLUÍDA/Un	10
0143 - DEFESA AGROPECUÁRIA		

**ANEXO DE METAS E PRIORIDADES AO PROJETO DE LEI - LDO
EXERCÍCIO: 2009**

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROGRAMA/OBJETIVO/AÇÃO

PROGRAMA/OBJETIVO/AÇÃO	PRODUTO/UNIDADE DE MEDIDA	Q
GARANTIR A SAÚDE DO REBANHO ANIMAL E DAS CULTURAS VEGETAIS, BEM COMO, GARANTIR A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SAÚDE PÚBLICA.		
137000000 - DEFESA SANITÁRIA VEGETAL	DEFESA SANITÁRIA	30
137300000 - DEFESA SANITÁRIA ANIMAL	ANIMAL VACINADO/Un	10
0130 - PROGRAMA DE GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL		
CONSOLIDAR O SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ESTADO DE ALAGOAS.		
147300000 - CO-FINANCIAMENTO DE PROJETOS, SERVIÇOS E AÇÕES DA REDE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NOS MUNICÍPIOS ALAGOANOS(PSB E PSE)	ENTIDADES DA REDE SÓCIOASSISTENCIAL CO-FINANCIADAS/Un	19
147400000 - CO-FINANCIAMENTO DE PROJETOS, SERVIÇOS E AÇÕES DA REDE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E MUNICÍPIOS ALAGOANOS	MUNICÍPIOS COM O PISO ALAGOANO DE GESTÃO DA ASSISTÊNCIA CO-FINANCIADOS/Un	25
147500000 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO, CONTROLE SOCIAL E VIGILÂNCIA SOCIAL DAS SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL E PESSOAL	SISTEMA INFORMATIZADO DE MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DAS SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL E PESSOAL IMPLANTADO/Un	1
0149 - PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		
PREVENIR SITUAÇÕES DE RISCO PORTALECENDO OS VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS.		
141100000 - IMPLANTAR CONSELHOS DO IDOSO E DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA	CONSELHOS DO IDOSO E DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA IMPLANTADOS/	25
147900000 - CAPACITAR GESTORES, TRABALHADORES, CONSELHEIROS, PARCEIROS DA REDE DE SERVIÇOS SÓCIOASSISTENCIAL E FAMILIAS REFERENCIADAS NO TERRITÓRIO DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSIST. SOCIAL	FAMÍLIAS REFERENCIADAS NO TERRITÓRIO DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS CAPACITADAS/	77
0154 - PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL		
CONTRIBUIR PARA A GARANTIA DOS INDIVÍDUOS, RESGATANDO OS VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS.		
141800000 - CAPACITAÇÃO DE GESTORES, TRABALHADORES, CONSELHEIROS E PARCEIROS DA REDE DE SERVIÇOS SÓCIOASSISTENCIAL	GESTORES, TRABALHADORES, CONSELHEIROS, PARCEIROS DA REDE DE SERVIÇO SÓCIOASSISTENCIAL CAPACITADOS/Un	73
0157 - PROGRAMA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL		
PROVER O SUPRIMENTO DE ALIMENTAÇÃO BÁSICA AS FAMÍLIAS CARENTES		
142500000 - SISTEMA NUTRICIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR	SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR IMPLANTADAS NOS MUNICÍPIOS/Un	26

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS

PROGRAMA/OBJETIVO/AÇÃO

ANEXO DE METAS E PRIORIDADES AO PROJETO DE LEI - LDO

EXERCÍCIO: 2009

PRODUTO/UNIDADE DE MEDIDA		Q
14290000 - REDE GOVERNAMENTAL E NÃO GOVERNAMENTAL PARA PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL ARTICULADA		22
0150 - DIFUSÃO DA CIÊNCIA, DA TECNOLOGIA E DA INOVAÇÃO		
PROMOVER O ACESSO AO CONHECIMENTO, CONTRIBUINDO PARA A INCLUSÃO SOCIAL DOS CIDADÃOS ALAGOANOS.		
15190000 - POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	CAMPANHAS REALIZADAS/un	4
0145 - INFRA-ESTRUTURA TECNOLÓGICAS		
CRIAR UM AMBIENTE DE GERAÇÃO DE INOVAÇÕES E DE ESTÍMULOS AO EMPREENDEDORISMO E À TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO E TECNOLOGIA, FORTALECENDO AS COMPETÊNCIAS EXISTENTES E INTEGRANDO UNIVERSIDADES, EMPRESAS E GOVERNO.		
13970000 - APOIO À IMPLANTACÃO DO PÓLO AGROALIMENTAR	PÓLO AGROALIMENTAR IMPLANTADO/%	30
0128 - APOIO A PROJETOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS		
PROMOVER E ESTIMULAR O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO A PESQUISA E A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ESTADO.		
12890000 - PROJETOS ESPECIAIS	PROJETOS IMPLANTADOS/%	25
12930000 - PESQUISA SUS-GESTÃO COMPARTILHADA EM SAÚDE	PERFIS DE SAÚDE DA POPULAÇÃO COMPARTILHADOS E PESQUISADOS/un	20
12980000 - PROJETO BIODISEL	PROJETO BIODISEL IMPLEMENTADO/%	25
12990000 - PROJETO ESTRUTURANTE PARA AÇÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	AÇÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DESENVOLVIDAS/un	5
0199 - APOIO CIENTÍFICO AO DESENVOLVIMENTO DOS APLS		
FINANCIAR PROJETOS DE PESQUISAS VISANDO O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO E A INOVAÇÃO, VINCULADOS AS CADEIAS PRODUTIVAS AOS ARRANOS PRODUTIVOS LOCAIS.		
14520000 - APOIO CIENTÍFICO DO APL DA APICULTURA	PESQUISAS REALIZADAS/un	4
14560000 - APOIO CIENTÍFICO DO APL DOS LATICÍNIOS	PESQUISAS REALIZADAS/un	5
0110 - PROMOÇÃO DE RECURSOS HUMANOS NA ÁREA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA		
DESPERTAR VOCACÃO CIENTÍFICA E INCENTIVAR TALENTOS POTENCIAIS ENTRE ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO		
12340000 - CONCESSÃO DE AUXÍLIO A PESQUISA-FAPEAL	BOLSA DE AUXÍLIO CONCEDIDA - FAPEAL/un	25
12360000 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDOS E PESQUISA	BOLSA DE ESTUDOS E PESQUISAS CONCEDIDA/un	80
12810000 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTUDO-APOIO TÉCNICO (CNPQ/MDA)	BOLSA DE APOIO TÉCNICO (CNPQ/MDA)CONCEDIDA/un	20
0153 - COMUNICAÇÃO GOVERNO SOCIEDADE		
DIVULGAR AS AÇÕES REALIZADAS PELO GOVERNO E PROMOVER A INTEGRAÇÃO DA COMUNICAÇÃO DOS ÓRGÃOS DO ESTADO.		
14330000 - REGIONALIZAÇÃO E DIFUSÃO DA INFORMAÇÃO OFICIAL DO ESTADO	CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS REALIZADAS/un	19
14340000 - AMPLIAÇÃO E PROMOÇÃO DE PLANOS DE MÍDIA PARA ATENDER AS CAMPANHAS	PLANO DE MÍDIA	32

**ANEXO DE METAS E PRIORIDADES AO PROJETO DE LEI - LDO
EXERCÍCIO: 2009**

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROGRAMA/OBJETIVO/AÇÃO

Q

PRODUTO/UNIDADE DE MEDIDA

0035 - COMUNICAÇÃO PARA TODOS COM IDENTIDADE CULTURAL TRABALHAR A COMUNICAÇÃO COMO FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO, PROMOVENDO A FORMAÇÃO DO HOMEM PARA A CIDADANIA E A VALORIZAÇÃO DOS ASPECTOS REGIONAIS.	10590000 - REFORMA E REAPARELHAMENTO DOS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO DO 12º E DO ESPAÇO CULTURAL LINDA MASCARENHAS.	EMISSORAS E ESPAÇO CULTURAL REFORMADOS E REAPARELHADOS/Un	1
	10600000 - OPERACIONALIZAÇÃO DE POLÍTICAS DE APOIO À CULTURA E À EDUCAÇÃO.	ATIVIDADES CULTURAIS E EDUCACIONAIS APOIADAS/Un	1
	10610000 - CAPACITAÇÃO EM RECURSOS HUMANOS	SERVIDORES	46
0019 - FORMAÇÃO CULTURAL E ESTÍMULO À FRUIÇÃO PROMOVER A FORMAÇÃO CULTURAL ATRAVÉS DO ACESSO AOS BENS E SERVIÇOS.	13190000 - SISTEMA ESTADUAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS	TÍTULOS DISTRIBUÍDOS/Un	50
	13210000 - CAMINHOS DA CULTURA	EVENTOS REALIZADOS/Un	11
	13240000 - CARAVANA CULTURAL	CARAVANAS CULTURAIS REALIZADAS/	25
0020 - VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE E DA DIVERSIDADE CULTURAL	14470000 - VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL	MANIFESTAÇÕES CULTURAIS APOIADAS/Un	14
0179 - PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO E EXPANSÃO CULTURAL PROMOVER A INCLUSÃO SÓCIO-CULTURAL E A VALORIZAÇÃO DO ARTISTA ALAGOANO	14990000 - PROJETO DE REFORMA DO TEATRO DEODORO	TEATRO DEODORO	31
0021 - CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE CULTURAL ARTICULAR E INTEGRAR PARCEIROS VISANDO A PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL.	14800000 - INTEGRAÇÃO INTER-INSTITUCIONAL	INSTITUIÇÕES	8
0020 - VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE E DA DIVERSIDADE CULTURAL	14490000 - RESTAURAÇÃO DE BENS TOMBADOS	PROJETOS ELABORADOS/Un	4
0078 - CONSTRUÇÃO E REFORMA DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA, JUSTIÇA E CIDADANIA PROMOVER A MODERNIZAÇÃO DA ESTRUTURA DA SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL E DOS ÓRGÃOS QUE A INTEGRAM, CONSOLIDANDO OS PRINCÍPIOS DO FAZER A PAZ A TODO CUSTO EM TODOS OS MUNICÍPIOS DE ALAGOAS	10810000 - CAPACITAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL	POLÍCIA CAPACITADA/%	18
	11740000 - CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO DOS CENTROS E NÚCLEOS INTEGRADOS DE SEGURANÇA COMUNITÁRIA	CENTROS E NÚCLEOS CONSTRUÍDOS E APARELHADOS/UND	5

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS		ANEXO DE METAS E PRIORIDADES AO PROJETO DE LEI - LDO		EXERCÍCIO: 2009	
PROGRAMA/OBJETIVO/AÇÃO	PRODUTO/UNIDADE DE MEDIDA	Q			
11770000 - REFORMA, AMPLIAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES PRISIONAIS	UNIDADES PRISIONAIS REFORMADAS, AMPLIADAS E REAPARELHADAS/%	25			
11780000 - REAPARELHAMENTO DO CENTRO DE TRATAMENTO E CUSTÓDIA	CENTRO DE TRATAMENTO DE CUSTÓDIA REAPARELHADO/%	20			
0068 - REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA					
SISTEMATIZAR OS PROCESSOS DE ATUAÇÃO, DOS ÓRGÃOS ESTADUAIS QUE EXERCEM ATIVIDADES NA ÁREA, NO COMBATE A CRIMINALIDADE DE TODAS AS FORMAS E AS SITUAÇÕES DE RISCOS.	MATERIAL PERMANENTE E DE CONSUMO ADQUIRIDOS/%	23			
15930000 - MODERNIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA					
0100 - SEGURANÇA INTERATIVA COMUNITÁRIA					
REDUZIR A CRIMINALIDADE ATRAVÉS DE MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA.	DELEGACIAS DISTRIITAIS CONSTRUÍDAS, REFORMADAS E APARELHADAS/UND	33			
11930000 - CONSTRUÇÃO, REFORMA, APARELHAMENTO E REAPARELHAMENTO DE DELEGACIAS DISTRIITAIS	DELEGACIAS REGIONAIS, REFORMADAS E REAPARELHADAS/UND	5			
11940000 - REFORMA E REAPARELHAMENTO DE DELEGACIAS REGIONAIS					
0104 - MELHORAR A INFRA-ESTRUTURA					
OFERECER MELHOR CONDIÇÃO DE TRABALHO	QUARTEL REFORMADO/Un	58			
16020000 - REFORMA DE QUARTEIS					
0105 - MELHORAR A OPERAÇÃO - PMAL					
DIMINUIR OS ÍNDICES DE CRIMINALIDADE	EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO ADQUIRIDOS/un	10			
11680000 - REAPARELHAMENTO DA POLÍCIA MILITAR					
0068 - REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA					
SISTEMATIZAR OS PROCESSOS DE ATUAÇÃO, DOS ÓRGÃOS ESTADUAIS QUE EXERCEM ATIVIDADES NA ÁREA, NO COMBATE A CRIMINALIDADE DE TODAS AS FORMAS E AS SITUAÇÕES DE RISCOS.	EFICIÊNCIA AMPLIADA/%	19			
12510000 - AMPLIAÇÃO DA EFICIÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL					
0068 - REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA					
SISTEMATIZAR OS PROCESSOS DE ATUAÇÃO, DOS ÓRGÃOS ESTADUAIS QUE EXERCEM ATIVIDADES NA ÁREA, NO COMBATE A CRIMINALIDADE DE TODAS AS FORMAS E AS SITUAÇÕES DE RISCOS.	QUARTEL REFORMADO/Un	3			
10680000 - REFORMA E RECUPERAÇÃO DE QUARTEIS-CBMAL					
0088 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E DE INFRA-ESTRUTURA					
PROPORCIONAR À SOCIEDADE ALAGOANA UMA MELHOR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATRAVÉS DE UM APERFEIÇOAMENTO DO QUADRO DE SERVIDORES EM CONJUNTO COM UMA MELHOR INFRA-ESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA, PROPORCIONANDO DESSA FORMA CONDIÇÕES E MEIOS PARA QUE O ESTADO DESENVOLVA SUAS ATIVIDADES FIN.	SEDE E POSTOS DO DETRAN CONSTRUÍDOS/%	35			
11980000 - INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DO DETRAN					

38 - Anexo - Metas e Prioridades 2009

Página 6 de 15

**ANEXO DE METAS E PRIORIDADES AO PROJETO DE LEI - LDO
EXERCÍCIO: 2009**

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROGRAMA/OBJETIVO/AÇÃO

Q
25

PRODUTO/UNIDADE DE MEDIDA
PROJETOS IMPLANTADOS/%

12580000 - PROJETOS DE APOIO TECNOLÓGICO

0173 - EDUCAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS

DESENVOLVER E EXPANDIR A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
16080000 - ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

ALUNOS ALFABETIZADOS/

50

0034 - ENSINO FUNDAMENTAL

AS AÇÕES PROPOSTAS CONSTITUEM NUMA POLÍTICA DE REORGANIZAÇÃO CURRICULAR ONDE OS (AS) EDUCANDOS(AS) TERÃO CONDIÇÕES DE UM PERCURSO ESCOLAR, CONFORME FAIXA ETÁRIA, EVITANDO-SE ASSIM A REPOSIÇÃO/ABANDONO/DISTORÇÃO/IDADE/SÉRIE/ANO.
11520000 - IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS

ENSINO FUNDAMENTAL DE 09 ANOS IMPLEMENTADO/

36

0172 - GESTÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL

FORTELEGER O DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA EDUCACIONAL
16050000 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR

SISTEMA EDUCACIONAL FORTALECIDO/

1

0121 - INCREMENTAR O ESPORTE

FOMENTAR A PRÁTICA DE ESPORTE FORMAL E NÃO FORMAL.
16090000 - REFORMA E RECUPERAÇÃO DO ESTÁDIO REI PELÉ

ESTÁDIO REFORMADO/RECUPERADO/Un

1

0178 - PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

AMPLIAR A OFERTA DE VAGAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
14890000 - CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL AMPLIADO/Un

5

0023 - MODERNIZAR O ENSINO SUPERIOR

MELHORAR A QUALIDADE DO ENSINO SUPERIOR
11220000 - IMPLEMENTAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO NOS CAMPUS DA UNEAL

ACERVO BIBLIOGRÁFICO IMPLEMENTADO/%

15

11400000 - CONSTRUÇÃO DA SEDE DO CAMPUS V

SEDE DO CAMPUS V CONSTRUÍDA/%

34

11420000 - IMPLANTAR UM CENTRO DE TECNOLOGIA NA UNEAL

CENTRO TECNOLÓGICO IMPLANTADO/%

33

11440000 - AMPLIAR O PROGRAMA DE GRADUAÇÃO DE PROFESSORES PARA AS REDES MUNICIPAL E ESTADUAL

MESTRADO ESTRUTURADO/%

25

14000000 - ESTRUTURAÇÃO DO MESTRADO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS NA UNEAL

CENTRO TECNOLÓGICO IMPLANTADO/%

50

14030000 - CENTRO TECNOLÓGICO DA MANDIOCA

PROFISSIONAIS

20

0013 - EXPANDIR A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E QUALIFICAÇÃO DA MÃO DE OBRA

MELHORAR O ENSINO PROFISSIONALIZANTE NOS NÍVEIS BÁSICO E TÉCNICO, ATRAVÉS DO ACESSO AS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DO SUS E DO MERCADO DE TRABALHO EM SAÚDE.
10070000 - FORMAR PROFISSIONAIS DE NÍVEL TÉCNICO EM SAÚDE

PROFISSIONAIS

31

**ANEXO DE METAS E PRIORIDADES AO PROJETO DE LEI - LDO
EXERCÍCIO: 2009**

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROGRAMA/OBJETIVO/AÇÃO

Q

PRODUTO/UNIDADE DE MEDIDA

0025 - FORTALECER O ENSINO SUPERIOR

OFERECER A POPULAÇÃO RESIDENTE NO INTERIOR UMA MAIOR OPORTUNIDADE DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR.

10110000 - IMPLANTAR CURSOS DE ENSINO SUPERIOR NO INTERIOR DO ESTADO	ENSINO SUPERIOR INTERIORIZADO - IMPLANTADO/%	30
10120000 - CONSTRUÇÃO DO CAMPUS DA UNCISAL NO INTERIOR DO ESTADO	CAMPUS CONSTRUÍDO/%	70
10300000 - IMPLANTAÇÃO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	CURSO PÓS-GRADUAÇÃO IMPLANTADO/%	36
10320000 - EQUIPAMENTOS PARA AS UNIDADES UNIVERSITÁRIAS	EQUIPAMENTOS	3
10470000 - REESTRUTURAÇÃO DOS LABORATÓRIOS DA UNCISAL	LABORATÓRIO INSTALADO/un	1
12550000 - INFORMATIZAÇÃO DO COMPLEXO UNCISAL	COMPLEXO	5

0028 - REESTRUTURAR OS HOSPITAIS ESCOLA

ELEVAR O PADRÃO DE QUALIDADE E DE EFICIÊNCIA DO ATENDIMENTO PRESTADO A POPULAÇÃO POR MEIO DA MODERNIZAÇÃO GERENCIAL E TECNOLÓGICA DO SUS.

10140000 - AMPLIAR A ESTRUTURA FÍSICA DOS HOSPITAIS ESCOLA	HOSPITAIS ESCOLA	33
10150000 - MODERNIZAR TECNOLÓGICAMENTE OS HOSPITAIS ESCOLA	HOSPITAIS ESCOLA	32

0204 - DESENVOLVIMENTO FAZENDÁRIO

MAXIMIZAR A ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS E O CONTROLE DAS DESPESAS PÚBLICAS DO ESTADO, MELHORAR A QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES FAZENDÁRIOS E INCREMENTAR A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.

15630000 - TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO SERVIDOR FAZENDÁRIO	SERVIDORES DA SEFAZ QUALIFICADOS/un	40
15640000 - AMPLIAÇÃO E REFORMA DE POSTOS FISCAIS E UNIDADES FAZENDÁRIAS	UNIDADES AMPLIADAS E REFORMADAS/un	9

0094 - CONSOLIDAÇÃO DE UMA POLÍTICA ENERGÉTICA PARA ALAGOAS

IDENTIFICAR E DEFINIR AÇÕES QUE ASSEGUREM A PRODUÇÃO E O SUPRIMENTO DE ENERGIA COMO FATORES INDISPENSÁVEIS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL.

11590000 - ELABORAÇÃO DOS BALANÇOS E DA MATRIZ ENERGÉTICA	BALANÇO E MATRIZ ELABORADOS/un	1
11690000 - FOMENTAR OS PROGRAMAS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E DE COMBATE AO DESPERDÍCIO DE ENERGIA	KILOWATTS-HORA ECONOMIZADOS/%	10
11710000 - PARTICIPAÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS DE CAPACITAÇÃO E CIDADANIA ENERGÉTICA	EVENTOS PROMOVIDOS E PARTICIPADOS/un	40

0040 - CONSOLIDAR O ARTESANATO COMO ATIVIDADE ECONÔMICA

CONTRIBUIR PARA A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

10730000 - CRIAÇÃO DE CENTRO DE DESIGN	CENTRO DE DESIGN	1
--	------------------	---

0109 - FOMENTAR A COMPETITIVIDADE DO SETOR PRODUTIVO

FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DE QUÍMICA E DE PLÁSTICO, FORTALECER A COMPETITIVIDADE DAS EXPORTADORAS E DESENVOLVER UMA POLÍTICA INDUSTRIAL.

12140000 - PARTICIPAR DE FEIRAS E EVENTOS DA CPQP	FEIRAS E EVENTOS	37
---	------------------	----

**ANEXO DE METAS E PRIORIDADES AO PROJETO DE LEI - LDO
EXERCÍCIO: 2009**

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROGRAMA/OBJETIVO/AÇÃO

Q

PRODUTO/UNIDADE DE MEDIDA

0083 - POTENCIALIZAR DE FORMA INTEGRADA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, REGIONAL E SETORIAL

CONTRIBUIR PARA O CRESCIMENTO E DESCONCENTRAÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO

11230000 - CRIAÇÃO E APOIO AOS PÓLOS SETORIAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

11300000 - APOIO AO PROJETO EMPREENDER

11360000 - ELABORAÇÃO DO PLANO INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

12700000 - REALIZAÇÃO DE FEIRAS PARA APOIO A DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS
PRODUTOS ALAGOANOS

0108 - PROMOVER A MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA LOGÍSTICA

ELABORAR UM PLANO ESTADUAL DE LOGÍSTICA DE TRANSPORTE, CRIAR ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO E ESTRUTURAR POLOS, DISTRITOS E NÚCLEOS INDUSTRIAIS.

12040000 - ELABORAR ESTUDO DE CAPACIDADE DE CARGAS NOS DIVERSOS MODAIS DE

TRANSPORTE

12050000 - VIABILIZAR TERMINAL DE CARGAS MULTIMODAL

12090000 - REVITALIZAR O DISTRITO INDUSTRIAL GOVERNADOR LUIZ CAVALCANTE

0197 - PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS

DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA TRANSPLANTADOS E PARA PORTADORES DE DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS

15560000 - PESQUISA DESENVOLVIMENTO DE PRODUÇÃO DE MEDICAMENTOS DE ALTO

CUSTO

0032 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

REDUZIR O DÉFICIT HABITACIONAL COM SUSTENTABILIDADE.

10260000 - PRODUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS

10270000 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

0080 - URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTO PRECÁRIO

PROMOVER CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE.

11040000 - LOTES ADQUIRIDOS E URBANIZADOS

11080000 - URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS EXISTENTES.

0091 - ALAGOAS AMBIENTE SAUDÁVEL

COMPATIBILIZAR O USO, CONTROLE E A PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS, DISCIPLINANDO AS AÇÕES ANTRÓPICAS COM VISTAS AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

11550000 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO MACAMBIRA

APOIADOS/%

APOIADO/Un

DESENVOLVIMENTO ELABORADO/Un

FEIRAS REALIZADAS/Un

ESTUDO DE CAPACIDADE E DE

CARGAS ELABORADO/%

VIABILIZADO/%

DISTRITO INDUSTRIAL

REVITALIZADO/%

PESQUISA DE PRINCÍPIOS

ATIVOS REALIZADA/Un

UNIDADE HABITACIONAL

CONSTRUÍDA/Un

UNIDADE HABITACIONAL

REGULARIZADA/Un

LOTES ADQUIRIDOS E

URBANIZADOS/Un

ASSENTAMENTOS

URBANIZADOS/Un

PROJETO IMPLEMENTADO/Un

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS

PROGRAMA/OBJETIVO/AÇÃO

ANEXO DE METAS E PRIORIDADES AO PROJETO DE LEI - LDO

EXERCÍCIO: 2009

PROGRAMA/OBJETIVO/AÇÃO	PRODUTO/UNIDADE DE MEDIDA	Q
12790000 - IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMA DE COMBATE A DESERTIFICAÇÃO	PLANO IMPLANTADO/Un	4
0210 - PROTEÇÃO AMBIENTAL		
GERENCIAR O USO DOS RECURSOS NATURAIS EM ALAGOAS		
15900000 - CONTROLE DE ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS	ATIVIDADES POLUIDORAS CONTROLADAS/Un	67
0208 - SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DO ESTADO DE ALAGOAS		
PROMOVER AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, PROPORCIONANDO CRESCIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO COM PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE, CONTRIBUINDO PARA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA.		
15820000 - MONITORAMENTO AMBIENTAL	MONITORAMENTO AMBIENTAL REALIZADO/Un	46
15840000 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL	AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EXECUTADAS/%	25
0139 - ÁGUA PARA TODOS		
UNIVERSALIZAR O ACESSO A ÁGUA DE QUALIDADE A POPULAÇÃO, GARANTINDO MELHOR NÍVEL DE RENDA		
13560000 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE COQUEIRO SECO, SANTA LUZIA DO NORTE E SATUBA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE COQUEIRO SECO	OBRA EXECUTADA/Un	1
0186 - FORTALECER AS POLÍTICAS VOLTADAS AS MULHERES, AS MINORIAS, A JUVENTUDE, A CRIANÇA E O ADOLESCENTE		
TRAÇAR POLÍTICA PÚBLICA PARA MULHER, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS		
15090000 - OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE APOIO A MULHER, MINORIA, JUVENTUDE, CRIANÇA E ADOLESCENTES	AÇÕES	21
16310000 - PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA AS VÍTIMAS E TESTEMUNHAS AMEAÇADAS DO ESTADO DE ALAGOAS-PROVITA-AL	PESSOAS ASSISTIDAS/%	60
0189 - MELHORAR A GESTÃO		
CRIAR CONDIÇÕES PARA A MELHORIA DOS PROCESSOS DE GESTÃO.		
15230000 - MELHORAR A INFRAESTRUTURA FÍSICA E DE EQUIPAMENTO	INFRAESTRUTURA FÍSICA MELHORADA/Un	1
0152 - PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS-PAPL/AL		
PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL, A AMPLIAÇÃO DA RENDA E O GRAU DE COMPETITIVIDADE DOS MICROS E PEQUENOS NEGÓCIOS, POR MEIO DA ARTICULAÇÃO, INTERAÇÃO, COOPERAÇÃO E APRENDIZAGEM DOS GRUPOS PRODUTIVOS E DE MAIS ATORES, FOMENTANDO AUTONOMIA DAS POPULAÇÕES ENVOLVIDAS.		
14360000 - ORGANIZAÇÃO IMPLEMENTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS APL 'S	ARRANJOS	20
14390000 - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS APL 'S EM SUAS RESPECTIVAS REGIÕES	ARRANJOS MONITORADOS E AVALIADOS/Un	20
0188 - FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ESTADO DE ALAGOAS		
APOIAR ATRAVÉS DO CRÉDITO PRODUTIVO MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS		
15180000 - APOIAR FINANCIERAMENTE AS MICROS, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS	EMPRESAS BENEFICIADAS/Un	21
15200000 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA AS MICRO, PEQUENA E MÉDIA EMPRESAS	EMPRESAS BENEFICIADAS/Un	87

**ANEXO DE METAS E PRIORIDADES AO PROJETO DE LEI - LDO
EXERCÍCIO: 2009**

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROGRAMA/OBJETIVO/AÇÃO

		PRODUTO/UNIDADE DE MEDIDA	Q
0041 - INOVAÇÃO E GESTÃO DA GOVERNANÇA ELETRÔNICA ESTABELEÇER DIRETRIZES E ESTRATÉGIAS PARA A GESTÃO E IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS PARA AQUISIÇÃO, DISSEMINAÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TIC NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.	10620000 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO SEDE DO ITEC	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO SEDE DO ITEC/%	50
	10700000 - IMPLEMENTAÇÃO DA REDE INTEGRADA CONVERGENTE E MULTISERVIÇOS DO ESTADO DE ALAGOAS	REDE PROJETADA E IMPLANTADA/Un	1
	12750000 - DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DA GOVERNANÇA ELETRÔNICA	GOVERNANÇA ELETRÔNICA IMPLANTADA E DESENVOLVIDA/%	25
0082 - AMPLIAR A OFERTA DE SANEAMENTO BÁSICO AMPLIAR A OFERTA DE ÁGUA E DIMINUIÇÃO DE DOENÇAS INFECTO CONTAGIOSAS ATRAVÉS DA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE TRATAMENTO E COLETA DE ESGOTOS	10650000 - RECUPERAÇÃO DE 20 KM DE COLETORES DE ESGOTO NA CIDADE DE MACEIÓ	COLETORES RECUPERADOS/M	30
	10910000 - IMPLANTAÇÃO DE ANÉIS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	ANÉIS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA IMPLANTADOS/M	11
	10920000 - SUBSTITUIÇÃO DE 150 KM DE REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	REDE DE ABASTECIMENTO SUBSTITUÍDA/M	50
	12260000 - EXECUÇÃO DAS OBRAS DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO PRATAGY	SISTEMA PRATAGY	20
	12350000 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO - ESTUÁRIO LAGUNAR MUNDAU/MANGUABA	SISTEMAS IMPLANTADOS/Km	75
	12370000 - ESGOTAMENTO SANITÁRIO PARCIAL DA BACIA DA PAUÇARA	SISTEMA PARCIAL IMPLANTADO/Km	13
	12380000 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NA REGIÃO BAIXA DE MACEIÓ	SISTEMA IMPLANTADO/Km	17
0112 - IMPLEMENTAR OBRAS HÍDRICAS DE USO MÚLTIPLO AMPLIAR O FORNECIMENTO DA OFERTA DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO, ATIVIDADES PECUÁRIAS E IRRIGAÇÃO.	12390000 - EXECUÇÃO DAS OBRAS DO CANAL DO SERTÃO	CANAL DO SERTÃO	27
0074 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA PRONOVER A MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA, AMPLIANDO O ACESSO DA POPULAÇÃO A ÁGUA POTÁVEL.	10970000 - IMPLANTAÇÃO DE UM NOVO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA A CIDADE DE DELMIRO GOUVEIA	NOVO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA DELMIRO GOUVEIA IMPLANTADO/LT	10
	10980000 - CONSTRUÇÃO DE UMA ESTAÇÃO ELEVATÓRIA - ETA NA BACIA LEITEIRA	ETA NA BACIA LEITEIRA CONSTRUÍDA/%EF	50
	11010000 - DUPLICAÇÃO DE TRECHOS DAS ADUTORAS DOS SISTEMAS COLETIVOS DA BACIA LEITEIRA	TRECHOS DAS ADUTORAS DOS SISTEMAS COLETIVOS DA BACIA LEITEIRA DUPLICADOS/M	11
	11020000 - AMPLIAÇÃO DE UM SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA ARAPIRACA	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA ARAPIRACA AMPLIADO/LT	26

**ANEXO DE METAS E PRIORIDADES AO PROJETO DE LEI - LDO
EXERCÍCIO: 2009**

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROGRAMA/OBJETIVO/AÇÃO

Q

PRODUTO/UNIDADE DE MEDIDA

0026 - INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

MELHORAR A INFRAESTRUTURA DO ESTADO.

11950000 - IMPLANTAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS

11960000 - RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS

11970000 - CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS

16180000 - MELHORIA DO SISTEMA AERoviÁRIO NO INTERIOR DO ESTADO

16200000 - MELHORIA DOS SERVIÇOS RODOVIÁRIOS

16230000 - ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS RODOVIÁRIOS

PAVIMENTADA/Km
RODOVIA RESTAURADA/Km

RODOVIA CONSERVADA/Km

SISTEMA AERoviÁRIO

SERVIÇOS RODOVIÁRIOS

MELHORADOS/%

ESTUDOS E PROJETOS

ELABORADO/Un

78

11

16

3

25

14

0177 - PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA

AMPLIAR O ACESSO À POPULAÇÃO AOS MEDICAMENTOS E INSUMOS ESTRATÉGICOS, PROMOVENDO SEU USO RACIONAL.

41170000 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA

41180000 - GARANTIA DO CO-FINANCIAMENTO DA ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA BÁSICA

41190000 - GARANTIA DO CO-FINANCIAMENTO DA ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA DE SAÚDE MENTAL

ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA

ESTRUTURADA/

INCENTIVO FINANCEIRO DA FARMÁCIA BÁSICA GARANTIDO/

INCENTIVO FINANCEIRO DE MEDIC. DE SAÚDE MENTAL GARANTIDO/

PACIENTES ATENDIDOS COM MEDICAMENTOS/

UNIDADES DE SAÚDE ABASTECIDAS/Un

75

10

73

96

16

0158 - PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA

COOPERAR TÉCNICAMENTE E FINANCEIRAMENTE PARA GARANTIR O ACESSO AOS SERVIÇOS RESOLUTIVOS NA ATENÇÃO BÁSICA.

41030000 - CONTRIBUIR NA REESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS DA ATENÇÃO BÁSICA

41050000 - IMPLANTAR A CONTRA PARTIDA FINANCEIRA COM RECURSOS DO TESOURO

41060000 - IMPLANTAR A CONTRA PARTIDA FINANCEIRA COM RECURSOS DO TESOURO

41070000 - IMPLANTAR A CONTRA PARTIDA FINANCEIRA COM RECURSOS DO TESOURO

41080000 - IMPLANTAR A CONTRA PARTIDA FINANCEIRA COM RECURSOS DO TESOURO

41090000 - IMPLANTAR A CONTRA PARTIDA FINANCEIRA COM RECURSOS DO TESOURO

41100000 - IMPLANTAR A CONTRA PARTIDA FINANCEIRA COM RECURSOS DO TESOURO

41110000 - IMPLANTAR A CONTRA PARTIDA FINANCEIRA COM RECURSOS DO TESOURO

41120000 - IMPLANTAR A CONTRA PARTIDA FINANCEIRA COM RECURSOS DO TESOURO

41130000 - IMPLANTAR A CONTRA PARTIDA FINANCEIRA COM RECURSOS DO TESOURO

41140000 - IMPLANTAR A CONTRA PARTIDA FINANCEIRA COM RECURSOS DO TESOURO

41150000 - IMPLANTAR A CONTRA PARTIDA FINANCEIRA COM RECURSOS DO TESOURO

41160000 - IMPLANTAR A CONTRA PARTIDA FINANCEIRA COM RECURSOS DO TESOURO

41170000 - IMPLANTAR A CONTRA PARTIDA FINANCEIRA COM RECURSOS DO TESOURO

41180000 - IMPLANTAR A CONTRA PARTIDA FINANCEIRA COM RECURSOS DO TESOURO

41190000 - IMPLANTAR A CONTRA PARTIDA FINANCEIRA COM RECURSOS DO TESOURO

41200000 - IMPLANTAR A CONTRA PARTIDA FINANCEIRA COM RECURSOS DO TESOURO

41210000 - IMPLANTAR A CONTRA PARTIDA FINANCEIRA COM RECURSOS DO TESOURO

41220000 - IMPLANTAR A CONTRA PARTIDA FINANCEIRA COM RECURSOS DO TESOURO

41230000 - IMPLANTAR A CONTRA PARTIDA FINANCEIRA COM RECURSOS DO TESOURO

41240000 - IMPLANTAR A CONTRA PARTIDA FINANCEIRA COM RECURSOS DO TESOURO

41250000 - IMPLANTAR A CONTRA PARTIDA FINANCEIRA COM RECURSOS DO TESOURO

41260000 - IMPLANTAR A CONTRA PARTIDA FINANCEIRA COM RECURSOS DO TESOURO

41270000 - IMPLANTAR A CONTRA PARTIDA FINANCEIRA COM RECURSOS DO TESOURO

41280000 - IMPLANTAR A CONTRA PARTIDA FINANCEIRA COM RECURSOS DO TESOURO

41290000 - IMPLANTAR A CONTRA PARTIDA FINANCEIRA COM RECURSOS DO TESOURO

41300000 - IMPLANTAR A CONTRA PARTIDA FINANCEIRA COM RECURSOS DO TESOURO

41310000 - IMPLANTAR A CONTRA PARTIDA FINANCEIRA COM RECURSOS DO TESOURO

41320000 - IMPLANTAR A CONTRA PARTIDA FINANCEIRA COM RECURSOS DO TESOURO

SERVIÇO DE ATENÇÃO BÁSICA.

SERVIÇO DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE ESTRUTURADO/

INCENTIVO FINANCEIRO PARA ATENÇÃO BÁSICA IMPLANTADO/

LEITOS IMPLANTADOS E MANTIDOS/

SERVIÇO DE URGÊNCIA, EMERGÊNCIA E OBSTETRÍCIA IMPLEMENTADO/Un

AÇÕES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADES ESTRUTURADAS/

10

90

21

67

10

**ANEXO DE METAS E PRIORIDADES AO PROJETO DE LEI - LDO
EXERCÍCIO: 2009**

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS

PROGRAMA/OBJETIVO/AÇÃO

PRODUTO/UNIDADE DE MEDIDA

Q

HOSPITALAR	41280000 - REGIONALIZAR O ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA PRÉ-EMERGÊNCIA IMPLANTADOS E MANUTIDOS/un	SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	4
	41300000 - ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE HEMOCENTRO DE ALAGOAS	REDE DE HEMOCENTRO ESTRUTURADA/un	4
0175 - PROGRAMA DE GESTÃO E CONTROLE SOCIAL DO SUS			
	OTIMIZAR A EXECUÇÃO DAS AÇÕES PROGRAMADAS PARA A GESTÃO E CONTROLE SOCIAL		
	43120000 - IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO, MONIT. E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE DO SUS		
	43140000 - FORTALECIMENTO DO PROCESSO DE REGIONALIZAÇÃO DO SUS	SISTEMA DE PLANEJAMENTO IMPLANTADO/un	10
	43150000 - FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL DO SUS	COLEGIADO REGIONAL IMPLANTADO/un	5
	43160000 - EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA DE GESTÃO DO TRABALHO	CONSELHOS DE SAÚDE QUALIFICADOS/un	68
	43170000 - EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NA SAÚDE	MUNICÍPIOS	4
	43180000 - IMPLEMENTAÇÃO DA REGULAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE SAÚDE	MUNICÍPIOS	4
		COMPLEXOS REGULADORES INSTALADOS/un	4
0170 - PROGRAMA DE VIGILÂNCIA À SAÚDE			
	FORTALECER AÇÕES DE VIGILÂNCIA À SAÚDE ATRAVÉS DA PROMOÇÃO, PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DOENÇAS E AGRAVOS.		
	41060000 - ESTRUTURAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA REDE DE LABORATÓRIOS DE SAÚDE PÚBLICA	LABORATÓRIO ESTRUTURADO E INTEGRADO/un	50
	41070000 - IMPLANTAÇÃO DO USO DAS INFORMAÇÕES EM SAÚDE PARA TOMADA DE DECISÃO	INFORMAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE PRODUZIDA E DIVULGADA/	70
	41100000 - FORTALECER AS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA IMPLEMENTADAS/	70
	41110000 - IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA À SAÚDE DO TRABALHADOR	AÇÕES DE VIGILÂNCIA À SAÚDE DO TRABALHADOR IMPLEMENTADAS/	47
	41140000 - IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DE PROMOÇÃO DA SAÚDE	AÇÕES DE PROMOÇÃO À SAÚDE IMPLEMENTADAS/	70
0131 - ABRINDO PORTAS PARA O TRABALHADOR			
	POSSIBILITAR AO TRABALHADOR ACESSO AOS SERVIÇOS DISPONIBILIZADOS PELO SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO, APROXIMANDO TRABALHADORES E EMPREGADORES EM BUSCA DE EMPREGO.		
	13140000 - AGÊNCIA DO TRABALHADOR	AGÊNCIA DO TRABALHADOR IMPLANTADA/un	1
	13150000 - ATENDIMENTO AO TRABALHADOR E EMPREGADOR	PESSOAS ATENDIDAS/un	15
0027 - EMPREENDEDORISMO E MERCADO SOLIDÁRIO			
	OFERECER OPORTUNIDADE AS PESSOAS VOCACIONADAS AO EMPREENDEDORISMO DE NEGÓCIOS DO MERCADO FORMAL E INFORMAL, PARA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA.		
	10250000 - CENTRAL DE AUTÔNOMOS	PESSOAS COLOCADAS NO MERCADO/un	11

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS

ANEXO DE METAS E PRIORIDADES AO PROJETO DE LEI - LDO
EXERCÍCIO: 2009GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROGRAMA/OBJETIVO/AÇÃOPRODUTO/UNIDADE DE MEDIDA
Q

R\$

15880000 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NACIONAL E INTERNACIONAL
EFETIVAR A QUALIDADE DO TURISMO NACIONAL E INTERNACIONAL
INSTRUMENTAR O TURISMO NACIONAL E INTERNACIONAL COM AS AÇÕES DE INTERMEDIÇÃO, GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, CERTIFICAÇÃO E ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

0072 - QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL

DESENVOLVER AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL COM ÊNFASE NA EFETIVIDADE SOCIAL E QUALIDADE PEDAGÓGICA EM ARTICULAÇÃO COM AS AÇÕES DE INTERMEDIÇÃO, GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, CERTIFICAÇÃO E ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL.

10710000 - QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL

PROFISSIONAIS

22

11720000 - CAPACITAÇÃO PARA OS APLS

PROFISSIONAIS

54

0206 - FOMENTO AOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DO TURISMO-APL'S

FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL NO ESTADO ATRAVÉS DE AÇÕES INTEGRADAS, APOIANDO OS APLS DE TURISMO.

15680000 - ESTRUTURAR APL DE TURISMO CAMINHOS DO SÃO FRANCISCO

APL- CAMINHOS DO SÃO FRANCISCO ESTRUTURADO/%

30

15690000 - FORTALECER APL TURISMO LAGOAS E MARES DO SUL

APL - TURISMO LAGOAS E MARES DO SUL FORTALECIDOS/%

30

0203 - PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS PRODUTOS TURÍSTICOS

MELHORAR A QUALIDADE DOS SERVIÇOS OFERTADOS PELO SETOR DE TURISMO, CONTRIBUINDO ASSIM, COM O AUMENTO DA COMPETITIVIDADE DO DESTINO.

15610000 - QUALITUR

EMPRESAS QUALIFICADAS/un

11

15770000 - CADASTRAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS TURÍSTICOS - CADASTUR

CADASTRAMENTO E FISCALIZAÇÃO REALIZADA/un

18

0194 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO TURÍSTICO

FORMATAR E DIVERSIFICAR A OFERTA TURÍSTICA DE ALAGOAS, ATRAVÉS DE AÇÕES INTEGRADAS QUE PROMOVAM A INTERLORIZAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO DA ATIVIDADE.

15370000 - PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO

TURISMO REGIONALIZADO/un

35

15380000 - PROJETO DE ZONEAMENTO TURÍSTICO DO ESTADO

ZONEAMENTO TURÍSTICO ELABORADO/un

60

15390000 - PROJETO DE SEGMENTAÇÃO E FORMATAÇÃO DE NOVOS PRODUTOS E ROTEIROS

NOVOS PRODUTOS E ROTEIROS FORMATADOS/un

23

15400000 - PROJETO TURÍSTICO AMBIENTAL DE FOMENTO E PESQUISA

PROJETO DE PESQUISA E AMBIENTAL FOMENTADA/un

10

15750000 - ESTUDOS E PESQUISA PARA CARACTERIZAÇÃO DA OFERTA E DEMANDA TURÍSTICA

ESTUDOS E PESQUISAS REALIZADO/un

16

0209 - PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DO DESTINO ALAGOAS NO ÂMBITO NACIONAL E INTERNACIONAL

AUMENTAR NÚMERO E PERMANÊNCIA DE VISITANTE NO ESTADO.

15830000 - CAMPANHA PUBLICITÁRIA COM MÍDIAS NACIONAL E INTERNACIONAL

CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS COM MÍDIA EXECUTADA/un

55

15850000 - CAPTAÇÃO DE VÔOS REGULARES E FRETADOS

VÔOS REGULARES RECEPTEADOS E CAPTADOS/un

12

15870000 - CAPTAÇÃO DE INVESTIDORES E AÇÕES VISANDO O DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS RELACIONADOS COM TURISMO

INVESTIDORES E RECURSOS IMPLANTADOS NO TURISMO/un

40

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS

ANEXO DE METAS E PRIORIDADES AO PROJETO DE LEI - LDO
EXERCÍCIO: 2009

PROGRAMA/OBJETIVO/AÇÃO	PRODUTO/UNIDADE DE MEDIDA	Q
15940000 - APOIO E PROMOÇÃO EM EVENTOS NO	EVENTOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS	20
	INTERNACIONAL PROMOVIDOS E APOIADOS/un	

Anexo II de Metas Fiscais

Em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Anexo de Metas Anuais da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2009 estabelece a meta de resultado primário do setor público consolidado para o exercício de 2009, e indica as metas para 2010 e 2011. A cada exercício, havendo mudanças no cenário macroeconômico interno e externo, de forma a impactar as contas públicas estaduais, as metas são revistas no sentido de manter uma política fiscal responsável.

Um dos objetivos da política fiscal do governo é promover a gestão responsável dos recursos públicos o que pressupõe ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

No que diz respeito à dívida pública, a atual gestão vem envidando esforços para que haja uma redução gradual do endividamento público líquido em relação a Receita Corrente Líquida. Nesse sentido, anualmente, são estabelecidas metas de resultado primário no intento de garantir a solvência intertemporal da dívida pública. Por sua vez, o resultado nominal e o estoque da dívida do setor público são meramente indicativos, uma vez que sofrem influências do ambiente externo, restringindo, assim, as ações diretas implementadas pelo governo.

Também é compromisso da política fiscal do governo promover a melhoria dos resultados da gestão fiscal com vistas a implementar políticas sociais de caráter redistributivo, bem como tornar viáveis os investimentos em infra-estrutura, como os do Canal e Sertão provenientes do Programa de Aceleração de Crescimento do Governo Federal. Do ponto de vista sistêmico, os investimentos em infra-estrutura têm uma importância significativa, dado que promove a redução dos custos e trabalha a favor de um ganho em escala para toda a estrutura produtiva estadual. Assim, se faz necessário uma política de investimento como agenda política para o desenvolvimento de Alagoas.

Dessa forma, as metas fixadas para o triênio 2009-2011 confirmam o compromisso do governo no que diz respeito à gestão das finanças públicas no sentido de viabilizar a capacidade de empréstimo junto a organismos multilaterais e outras fontes de financiamento, bem como estabelecer a estratégia de uma política de parceria público-privado para ampliação dos investimentos em infra-estrutura econômica e social, gerando condições para um crescimento sustentado com inclusão social.

DEMONSTRATIVOS

Demonstrativo I – Metas Anuais;

Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;

Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

Demonstrativo VI – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS;

Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

Demonstrativo I

ESTADO DE ALAGOAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS 2009

(LRF, art. 4º, § 1º)

Preços

Discriminação	Constante		
	2009	2010	2011
I - RECEITAS PRIMÁRIAS TOTAL	4.641.401.269	5.063.346.839	5.485.292.409
Receitas de Transferências	2.367.151.380	2.582.346.960	2.797.542.540
FPE	1.986.095.254	2.166.649.368	2.347.203.482
Outras	381.056.126	415.697.592	450.339.058
Receitas de Arrecadação Própria	2.274.249.889	2.480.999.879	2.687.749.869
ICMS	1.808.310.306	1.972.702.152	2.137.093.998
IPVA	102.939.583	113.233.541	124.556.895
Outras	363.000.000	395.064.186	426.098.975
II - DESPESA COM TRANSF. A MUNICÍPIOS	524.942.484	572.664.527	620.386.571
III - RECEITA LÍQUIDA (I - II)	4.116.458.785	4.490.682.311	4.864.905.837
IV - DESPESA NÃO FINANCEIRA	3.703.458.785	4.060.682.311	4.434.905.837
Pessoal	2.478.787.500	2.596.825.000	2.714.862.500
OCC	1.224.671.285	1.463.857.311	1.720.043.337
RESULTADO PRIMÁRIO (III - IV)	413.000.000	430.000.000	430.000.000
RESULTADO NOMINAL	593.177.485	535.247.272	569.536.192
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	7.445.197.370	7.918.444.642	8.412.980.834
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	6.968.197.370	7.503.444.642	8.072.980.834

Fonte : SEFAZ

ESTADO DE ALAGOAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS

(LRF, art. 4º, § 1º)

2009

Preços

Correntes			
Discriminação	2009	2010	2011
I - RECEITAS PRIMÁRIAS TOTAL	4.430.217.511	4.624.861.003	4.802.373.504
Receitas de Transferências	2.259.445.992	2.358.715.713	2.449.248.494
FPE	1.895.727.920	1.979.017.533	2.054.976.648
Outras	363.718.072	379.698.181	394.271.845
Receitas de Arrecadação Própria	2.170.771.519	2.266.145.289	2.353.125.010
ICMS	1.726.032.187	1.801.866.146	1.871.025.795
IPVA	98.255.832	103.427.517	109.049.562
Outras	346.483.500	360.851.627	373.049.653
II - DESPESA COM TRANSF. A MUNICÍPIOS	501.057.601	523.071.779	543.148.443
III - RECEITA LÍQUIDA (I - II)	3.929.159.911	4.101.789.223	4.259.225.061
IV - DESPESA NÃO FINANCEIRA	3.534.951.411	3.709.027.223	3.882.760.060
Pessoal	2.366.002.669	2.371.939.955	2.376.862.119
OCC	1.168.948.742	1.337.087.268	1.505.897.942
RESULTADO PRIMÁRIO (III - IV)	394.208.500	392.762.000	376.465.000
RESULTADO NOMINAL	566.187.909	488.894.858	498.628.936
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	7.106.440.890	7.232.707.336	7.365.564.720
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	6.651.144.390	6.853.646.336	7.067.894.720

Fonte : SEFAZ

Demonstrativo II

ESTADO DE ALAGOAS LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR 2009

A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF estabeleceu, em seu Artigo 4º, § 2º, Inciso I, que o Anexo de Metas Fiscais conterá, além do demonstrativo de metas anuais, a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior.

As metas fiscais do Estado de Alagoas para o exercício de 2007 foram originalmente estabelecidas através da Lei nº 6.763 de 31 de agosto de 2006 (LDO), que dispôs sobre as diretrizes orçamentárias para aquele exercício. Mudanças no cenário macroeconômico levaram a Lei Orçamentária nº 6.800, de 24 de janeiro de 2007, a incorporar ajustes nas metas fiscais.

Os parâmetros fixados na Lei Orçamentária serão objeto dos comentários a seguir:

• Resultado Fiscal

O Resultado Primário, no exercício de 2007, foi de R\$ 639.114.470,00, 92,50% superior à meta fixada na LDO de R\$ 332.000.000,00, conforme demonstrativo abaixo. Esse desempenho foi decorrente de um bom desempenho das Receitas Correntes, permitindo a cobertura integral das Despesas Correntes e, ainda, gerando um excedente para o financiamento de parte das Despesas de Capital. As Receitas Primárias Líquidas do FUNDEB alcançaram um total de R\$ 3.660.821.436,00 contra uma Despesa Primária Total de R\$ 3.109.947.984,00.

Por ocasião da elaboração da programação financeira e do cronograma trimestral de desembolso de que trata o art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF teve como base a reavaliação das receitas primárias e as despesas obrigatórias e se verificou a necessidade de limitação de empenho, no âmbito do Poder Executivo, no montante de R\$ 1.169.132.970,00, o que foi feito por meio dos Decretos de Programação Trimestral Financeira em função da frustração da receita em R\$ 1.015.963.366,00.

METAS FISCAIS EXERCÍCIO DE 2007

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO	RECEITAS	DIFERENÇA	AH
	ATUALIZADA (A)	REALIZADAS (B)	(B-A)	(B/A)
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES - LÍQ DO FUNDEB (I)	3.966.180.749	3.960.821.436	-305.359.313	92,30%
RECEITA TRIBUTÁRIA (líquido de FUNDEB)	1.659.418.160	1.432.756.479	-226.661.680	86,34%
ICMS	1.420.782.605	1.402.941.259	-17.841.346	98,74%
IPVA	74.911.108	75.305.863	394.755	100,53%
ITCD	2.614.544	2.428.823	-185.721	92,90%
IRRF	111.521.803	110.775.796	-746.005	99,33%
Outras Receitas Tributárias	49.588.100	19.283.497	-30.304.602	38,89%
(-) Ded. da Receita de Impostos para formação do FUNDEB	0	177.978.762	177.978.762	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	12.750.000	147.425.344	134.675.344	1156,28%
RECEITA PATRIMONIAL LÍQUIDA	10.851.081	5.159.059	-5.692.022	47,54%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (líquido de FUNDEB)	1.763.848.772	1.870.781.997	106.933.225	106,06%
FPE	1.392.614.832	1.597.824.018	205.209.186	114,74%
CONVÊNIOS	165.613.222	59.024.906	-106.588.316	35,64%
Outras Transferências Correntes	205.620.718	483.350.023	277.729.305	235,07%
(-) Ded. da Receita de Transferências para formação do FUNDEB	0	269.416.950	269.416.950	
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	249.998.752	176.891.289	-73.107.464	70,68%
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	269.313.985	28.007.269	-241.306.716	10,40%
RECEITAS DE CAPITAL (II)	800.612.205	89.596.063	-711.016.142	11,19%
Operações de Crédito (III)	40.248.750	0	-40.248.750	0,00%
Amortização de Empréstimos (IV)	0	8.418	8.418	
Alienação de Bens (V)	174.523	1.346.627	1.172.104	771,60%
Transferências de Capital	651.607.518	88.240.937	-563.366.581	13,54%
Convênios	591.042.919	88.240.937	-502.801.982	14,93%
Outras Transferências de Capital	60.564.599	0	-60.564.599	0,00%
Outras Receitas de Capital	108.581.414	81	-108.581.333	0,00%
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI)=(II-III-IV-V)	760.188.932	88.241.018	-671.947.914	11,61%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII)=(I+VI)	4.726.369.681	3.749.062.454	-977.307.227	79,32%
TOTAL DAS RECEITAS	4.793.094.933	3.777.131.566	-1.015.963.367	78,80%
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO	DESPESAS	DIFERENÇA	AH
	ATUALIZADA	LÍQUIDAS	(B-A)	(B/A)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	3.651.116.282	3.142.470.004	-508.646.278	86,07%
Pessoal e Encargos Sociais	2.203.148.672	2.006.369.071	-196.779.601	91,07%
Juros e Encargos da Dívida (IX)	200.330.099	195.407.448	-4.922.651	97,54%
Outras Despesas Correntes	1.247.637.510	940.693.485	-306.944.026	75,40%
Transferências Constitucionais e Legais	438.729.635	424.066.693	-14.662.941	96,66%
Demais Despesas Correntes	808.907.876	516.626.791	-292.281.085	63,87%
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X)=(VIII-IX)	3.450.786.183	2.947.062.556	-503.723.627	85,40%
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.072.424.666	446.416.959	-626.007.707	41,63%
Investimentos	784.650.592	162.643.805	-622.006.787	20,73%
Inversões Financeiras	877.000	241.624	-635.376	27,55%
Amortização da Dívida (XIV)	286.897.074	283.531.531	-3.365.543	98,83%
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI-XIV)	785.527.592	162.885.428	-622.642.164	20,74%
RESERVA DO RPPS (XVII)	34.478.985	0	-34.478.985	0,00%
DESPESAS PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X+XV+XVI+XVII)	4.270.792.760	3.109.947.984	-1.160.844.776	72,82%
TOTAL DAS DESPESAS	4.758.019.933	3.588.886.963	-1.169.132.970	75,43%
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII-XVIII)	455.576.921	639.114.470	183.537.549	140,29%
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O		332.000.000		
EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				

Fonte: SEFAZ

• Resultado Nominal

A meta do Resultado Nominal indicava que a Dívida Consolidada poderia diminuir em R\$ 53.000.000,00. No exercício de 2007, o Resultado Nominal demonstra que houve um aumento do estoque da Dívida Fiscal Líquida no montante de R\$ 302.757.410,00.

• **Dívida Pública**

A Dívida Fiscal Líquida do Estado de Alagoas em 31.12.2007 registrou o montante de R\$ 5.893.017.316,00 tendo um crescimento nominal de 5,42% em relação à 31.12.2006.

A relação entre Dívida Consolidada Líquida (DCL) e a Receita Corrente Líquida (RCL) correspondeu a 200,24% no exercício de 2007 e 221,59% em 2006, reduzindo a relação em 9,63%.

RESULTADO NOMINAL - 2007

ESPECIFICAÇÃO	SALDO		
	Em 31 dez 2006 (A)	Em 31 dez 2007 (B)	(B / A)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	5.927.277.080	6.218.122.699	4,91%
DEDUÇÕES (II)			
Ativo Disponível	162.766.507	396.389.641	143,53%
Haveres Financeiros	58.165.192	20.308.538	-65,08%
(-) Restos a Pagar Processados	632.247.652	615.384.420	-2,67%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III)=(I-II)	5.927.277.080	6.218.122.699	4,91%
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)			
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	337.017.174	325.105.383	-3,53%
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	5.590.259.906	5.893.017.316	5,42%

ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (b - a)	
RESULTADO NOMINAL	302.757.410	

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	(53.000.000)

Fonte : SEFAZ

• **Receita Total**

A arrecadação total do Estado atingiu o montante de R\$ 3.777.131.566,00 que correspondeu a 78,80% do valor previsto atualizado. As Receitas Primárias Correntes Líquida do FUNDEB alcançaram R\$ 3.660.821.436,00 correspondendo a 92,30% do valor previsto atualizado.

As Receitas Tributárias (líquido do FUNDEB) em 2007 alcançaram a R\$ 1.432.756.479,00, 86,34% em relação ao valor previsto atualizado. O ICMS, principal item da receita estadual, apresentou uma arrecadação de R\$ 1.402.941.259,00, equivalente 98,74% do valor previsto atualizado.

As Transferências Correntes (Líquido do FUNDEB), principal fonte de receitas do Estado, representadas principalmente pelas transferências constitucionais da União, tiveram uma representatividade de 49,53% em relação ao total das receitas arrecadadas e com um total realizado de 106,06% do previsto atualizado. Destaca-se, dentro das Transferências Correntes, o Fundo de Participação dos Estados – FPE, com uma realização total de R\$ 1.597.824.018,00, situando-se 14,74% acima da previsão orçamentária atualizada.

Nas receitas de capital, cuja realização total foi de R\$ 89.596.063,00, equivalentes a 11,19% do previsto, destacam-se as Transferências de Capital, com realização de R\$ 88.240.937,00, correspondendo a 13,54% do presumido.

• **Despesa Total**

A despesa realizada em 2007 totalizou R\$ 3.588.886.963,00 correspondendo 75,43% do fixado, considerando-se as dotações orçamentárias atualizadas. As Despesas Correntes representaram 87,56% e as Despesas de Capital 12,44% do total das despesas, sendo que as primeiras obtiveram uma realização de 86,07% do fixado. A realização mais baixa das Despesas de Capital foi reflexo da frustração significativa da Receita em R\$ 1.015.963.367,00, sendo que a insuficiência de arrecadação em Receitas de Capital foi de R\$ 711.016.142,00 e estas são determinantes para realização de investimentos.

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece limites para os gastos com pessoal comparativamente a Receita Corrente Líquida.

Despesa de Pessoal e Encargos Sociais

As Despesas com Pessoal e Encargos Sociais atingiram, no ano de 2006, o montante de R\$ 1.839.361.427,00, correspondendo a 91,07% do valor fixado para o mesmo período. O quadro a seguir demonstra a relação do gasto de pessoal por Poder relativamente à Receita Corrente Líquida, com base na metodologia e limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Evidencia-se que o Poder Legislativo e o Ministério Público não cumpriram os respectivos limites.

Despesa de Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida

Exercício de 2007

Poder	% Realizado	Limite Prudencial	Limite Legal
Executivo	48,43%	46,55%	49,00%
Legislativo	4,33%	2,85%	3,00%
Judiciário	4,44%	5,70%	6,00%
Ministério Público	2,02%	1,90%	2,00%
Total	59,22%	57,00%	60,00%

Fonte : SEFAZ

Demonstrativo III –

**ESTADO DE ALAGOAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS
EXERCÍCIOS ANTERIORES
2009**

(LRF, art. 4º, § 2º, inciso II)
Preços Correntes

Discriminação	2006	2007	Reprogramação 2008
I - RECEITAS PRIMÁRIAS TOTAL	3.219.874.288	3.749.062.454	4.219.455.699
Receitas de Transferências	1.592.659.213	1.870.781.997	2.151.955.800
FPE	1.414.115.690	1.597.824.018	1.805.541.140
Outras	178.543.523	272.957.979	346.414.660
Receitas de Arrecadação Própria	1.627.215.075	1.878.280.457	2.067.499.899
ICMS	1.284.616.757	1.402.941.259	1.643.918.460
IPVA	62.751.832	75.305.863	93.581.439
Outras	279.846.486	400.033.335	330.000.000
II - DESPESA COM TRANSF. A MUNICÍPIOS	355.624.732	424.066.693	477.220.440
III - RECEITA LÍQUIDA (I - II)	2.864.249.556	3.324.995.761	3.742.235.259
IV - DESPESA NÃO FINANCEIRA	2.537.238.775	2.685.881.291	3.346.235.259
Pessoal	1.697.063.062	2.006.369.071	2.360.750.000
OCC	840.175.713	679.512.220	985.485.259
RESULTADO PRIMÁRIO (III - IV)	327.010.781	639.114.470	396.000.000
RESULTADO NOMINAL	441.070.425	302.757.410	482.002.568
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	5.927.277.080	6.218.122.699	6.997.019.885
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	5.590.259.906	5.893.017.317	6.375.019.885

Fonte : SEFAZ

ESTADO DE ALAGOAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS
EXERCÍCIOS ANTERIORES
2009

(LRF, art. 4º, § 2º, inciso II)

Discriminação	2006	2007	Preços Constantes Reprogramação 2008
I - RECEITAS PRIMÁRIAS TOTAL	3.673.876.563	4.070.357.106	4.219.455.699
Receitas de Transferências	1.817.224.162	2.031.108.014	2.151.955.800
FPE	1.613.506.002	1.734.757.536	1.805.541.140
Outras	203.718.160	296.350.478	346.414.660
Receitas de Arrecadação Própria	1.856.652.401	2.039.249.092	2.067.499.899
ICMS	1.465.747.720	1.523.173.325	1.643.918.460
IPVA	71.599.840	81.759.575	93.581.439
Outras	319.304.841	434.316.192	330.000.000
II - DESPESA COM TRANSF. A MUNICÍPIOS	405.767.819	460.409.209	477.220.440
III - RECEITA LÍQUIDA (I - II)	3.268.108.743	3.609.947.898	3.742.235.259
IV - DESPESA NÃO FINANCEIRA	2.894.989.442	2.916.061.318	3.346.235.259
Pessoal	1.936.348.954	2.178.314.900	2.360.750.000
OCC	958.640.489	737.746.417	985.485.259
RESULTADO PRIMÁRIO (III - IV)	373.119.301	693.886.580	396.000.000
RESULTADO NOMINAL	503.261.355	328.703.720	482.002.568
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	6.763.023.148	6.751.015.814	6.997.019.885
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	6.378.486.553	6.398.048.901	6.375.019.885

Fonte: SEFAZ

As metas fiscais previstas para o período de 2009-2011 encontram-se demonstradas nos Anexos I – A1, cujos cálculos foram desenvolvidos conforme descrição abaixo.

- **Memória e Metodologia de Cálculo da Receita 2009 - 2011**

As receitas cujos valores serviram de referência para o estabelecimento das metas fiscais para o Governo de Alagoas, no período de 2009 a 2011, foram estimadas utilizando-se, em grande parte, a mesma metodologia adotada em anos anteriores.

Na definição das projeções das receitas próprias que compõem a estrutura da LDO 2009, considerou-se em conta o desempenho destes agregados econômicos / financeiros de 2003-2007 conjuntamente com outros indicadores econômicos que influenciam a trajetória das receitas.

Dentre estes indicadores dois merecem destaque especial: o primeiro é o desempenho da economia nacional que tem o Produto Interno Bruto (PIB) como seu medidor, o segundo é o índice oficial que mede a inflação no país, traduzido pela variação do IPCA / IBGE e as atualizações dos valores a Preços Constantes considerou o IGP-DI. As projeções utilizadas seguem a base definida pelo governo federal para elaboração da sua LDO 2009.

Tabela 1 - Parâmetros Macroeconômicos Projetados

Variáveis	2009	2010	2011
PIB real (Crescimento % a.a)	5%	5%	5%
Inflação (IPCA/IBGE)	4,50%	4,50%	4,50%
IGP-DI (FGV)	4,55%	4,11%	3,79%

Para subsidiar as estimativas das receitas do Tesouro Estadual para o triênio 2009-2011, em especial daquelas chamadas de suporte de receita (impostos do Estado, incluindo os transferidos pela União, a Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico e os Royalties) adotou-se os procedimentos descritos detalhadamente a seguir:

I – Ajuste dos dados passados

A análise das receitas realizadas foi efetuada com base na série histórica do período de 2003-2007 observado os seguintes procedimentos:

- a) exclusão do efeito variação de preços agregados para todos os anos, levando em consideração os valores a preços constantes;
- b) verificação do confronto da arrecadação prevista com a arrecadação realizada até o primeiro quadrimestre de 2008, integrando-os, ou não, através de processos de análise, na previsão para 2009 – 2011.

II – Inclusão de variáveis que afetam o comportamento futuro

a) Efeito PIB

Na projeção das receitas tributárias mais especificamente no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) considerou-se o modelo econométrico que vem sendo testado desde o ano 2002, com resultado significativamente satisfatório quando compara-se o montante das receitas arrecadadas com as estimativas deste tributo. Os parâmetros básicos deste modelo são: a evolução do PIB nacional, o consumo de energia elétrica no estado de Alagoas e a sazonalidade do ingresso nos cofres do Tesouro Estadual.

b) Efeito Expectativa de Inflação

Como expectativa inflacionária para o período 2009 – 2011, adotou-se a variação na média esperada do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP- DI), projetado pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (Tabela 1).

As receitas provenientes de transferências voluntárias da União foram informadas e após serem discutidas e avaliadas pelas Secretarias de Estado de Planejamento e da Fazenda, foram acatadas ou revisadas, de forma a garantir a adequação à respectiva série histórica.

Na elaboração da LDO – 2009 verificou-se a necessidade de refazer a estimativa da arrecadação para o exercício de 2008 no que se refere à previsão da arrecadação e a fixação da despesa.

Discriminação	2007	2008	2007 / 2008	2008*	2007 / 2008*
I - RECEITAS PRIMÁRIAS TOTAL	3.749.062.454	4.022.135.604	7,28%	4.219.455.699	12,55%
Receitas de Transferências	1.870.781.997	2.074.448.618	10,89%	2.151.955.800	15,03%
FPE	1.597.824.018	1.728.033.958	8,15%	1.805.541.140	13,00%
Outras	272.957.979	346.414.660	26,91%	346.414.660	26,91%
Receitas de Arrecadação Própria	1.878.280.457	1.947.686.986	3,70%	2.067.499.899	10,07%
ICMS	1.402.941.259	1.643.918.460	17,18%	1.643.918.460	17,18%
IPVA	75.305.863	93.581.439	24,27%	93.581.439	24,27%
Outras	400.033.335	210.187.087	-47,46%	330.000.000	-17,51%
II - DESPESA COM TRANSF. A MUNICÍPIOS	424.066.693	454.903.537	7,27%	477.220.440	12,53%
III - RECEITA LÍQUIDA (I - II)	3.324.995.761	3.567.232.067	7,29%	3.742.235.259	12,55%
IV - DESPESA NÃO FINANCEIRA	2.685.881.291	3.171.232.067	18,07%	3.346.235.259	24,59%
Pessoal	2.006.369.071	2.181.916.885	8,75%	2.360.750.000	17,66%
OCC	679.512.220	989.315.182	45,59%	985.485.259	45,03%
RESULTADO PRIMÁRIO (III - IV)	639.114.470	396.000.000	-38,04%	396.000.000	-38,04%

Fonte: SEFAZ

(*) Reprogramação do exercício de 2008

A princípio foi determinada a necessidade de aumentar o superávit primário já que a meta estabelecida na LDO para o exercício de 2008 é de R\$ 138.253.660,00 e está inferior em 65,08% ao consignado com a Secretaria de Tesouro Nacional referente ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal que é de R\$ 396.000.000,00. Na estimativa da receita do Fundo de Participação dos Estados (FPE) para o exercício de 2008 foi previsto um incremento nominal de 8,15% em relação a 2007. Esses valores foram reestimados com base na análise do confronto da arrecadação do primeiro quadrimestre de 2008 com relação a 2007 teve um incremento nominal de 27,22%. A reestimativa da previsão da arrecadação da receita do FPE foi realizada com base no Relatório do Tesouro Nacional que atribuiu o aumento do resultado do primeiro trimestre a um comportamento sazonal da receita do IRPJ devido ao encerramento do prazo legal para recolhimento do saldo desses tributos.

DEMONSTRATIVO DA ARRECADAÇÃO

JANEIRO A ABRIL 2007 / JANEIRO A ABRIL 2008

Fonte : SEFAZ

No que se refere à reestimativa do cálculo da arrecadação própria manteve a inalterabilidade da previsão do ICMS já que foi presumido com base no modelo econométrico. Verificou-se a necessidade de estruturar a receita de forma analítica no que concerne ao ICMS e Outras Receitas para oferecer condições de refazer a estimativa no aumento desta última.

- Verificou-se a princípio que confrontando a receita prevista de Outras Receitas com a receita arrecadada da mesma houve uma redução de 47,46%. Analisando que a receita arrecadada alusiva a Outras Receitas no exercício de 2007 foi incrementada em R\$ 72.750.000,00 referente ao contrato firmado com a Caixa Econômica Federal cujo objeto é a centralização e o processamento da folha de pagamento, da receita estadual e movimentação financeira das contas correntes do Estado e razão pela qual ela não gerará receita no exercício de 2008. Portanto, com a exclusão desta receita a previsão é que a receita será de R\$ 330.000.000,00.

- Não foi realizada a reestimativa da receita do IPVA em função de que o sistema do IPVA subsidiou o incremento nominal previsto de 24,27% em relação ao arrecadado no exercício de 2007.

Demonstrativo IV –

**ESTADO DE ALAGOAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2009
(Art. 4º § 2º, Inciso III da LC nº 101/2000)**

Evolução do Patrimônio Líquido (preços correntes)

Erro! Vínculo não válido.
Fonte : SEFAZ

A atual gestão implementou uma política de gestão fiscal que permitiu a redução do Passivo a Descoberto em 13,60% quando confrontado o exercício de 2007 em relação a 2006.

Demonstrativo V –

**ESTADO DE ALAGOAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM
A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2009
(Art. 4º § 2º, Inciso III da LC nº 101/2000)**

No exercício de 2007 não houve variação do patrimônio líquido devido não ter sido obtido recursos com a alienação de ativos.

Demonstrativo VI –

ESTADO DE ALAGOAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
2009

No quadro abaixo estão demonstradas as receitas e despesas do FUNPREV executadas durante o exercício de 2007, os valores orçados para 2008 e a estimativa para o exercício de 2008.

(LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

	2007		2008		2009	
Receitas Previdenciárias	147.425.344	81,08%	176.527.846	57,27%	208.302.858	55,67%
Contribuições dos Servidores	132.389.776	72,81%	130.527.846	42,34%	154.022.858	41,16%
Compensação Financeira	15.035.568	8,27%	46.000.000	14,93%	54.280.000	14,51%
Receitas Intra-Orçamentárias	27.225.396	14,97%	130.527.846	42,34%	154.022.858	41,16%
Contribuição Patronal	27.225.396	14,97%	130.527.846	42,34%	154.022.858	41,16%
Receita Patronal	7.176.300	3,95%			10.650.000	2,85%
Outras Receitas Correntes			1.200.000	0,39%	1.200.000	0,32%
Repasse do Tesouro Estadual						0,00%
Outras					1.200.000	0,32%
Receitas de Capital						0,00%
Total das Receitas	181.827.040	100,00%	308.255.692	100,00%	374.175.716	100,00%
Despesas Previdenciárias	181.018.657	100,00%	308.255.693	100,00%	374.175.716	100,00%
Administração Geral	340.580	0,19%	3.630.000	1,18%	3.630.000	0,97%
Inativos e Pensionistas	180.678.077	99,81%	261.520.000	84,84%	261.520.000	69,89%
Reserva Orçamentária do RPPS			43.105.693	13,98%	109.025.716	29,14%
Total das Despesas	181.018.657	100,00%	308.255.692	100,00%	374.175.716	100,00%
Resultado Previdenciário	808.383		0		0	

Fonte : Balanço Geral do Estado exercício de 2007, PPA/LOA , FUNPREV (2009).

Demonstrativo VII–

ESTADO DE ALAGOAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA 2009

A Secretaria Adjunta da Receita Estadual não enviou informações quantitativas relativas a estimativa e compensação da renúncia de receita referentes aos exercícios de 2009, 2010 e 2011.

Demonstrativo VIII –

ESTADO DE ALAGOAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS
OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO 2009

(LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

Evento	Valor previsto 2009
Aumento Permanente da Receita	892.338.815
(-) Aumento referente as transferências constitucionais	205.783.755
(-) Aumento referente as transferências do FUNDEB	203.822.427
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	482.732.633
Margem Bruta (II) = (I)	482.732.633
Saldo utilizado da Margem Bruta (III)	482.732.633
Impacto do aumento da despesa de pessoal	472.418.429
Margem Líquida de Expansão de DOCC (IV) = (II) - (III)	10.314.204

Fonte: SEFAZ

A Lei de Responsabilidade Fiscal determina no alusivo artigo que nenhuma despesa classificada como obrigatória de caráter continuado pode criada sem a devida fonte de financiamento responsável por sua integral cobertura. No que concerne ao artigo 17 da LRF, considera-se despesa obrigatória de caráter continuado aquela de natureza corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo, que fixe para o Estado a obrigação de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Para o exercício de 2009, a referida cobertura ocorrerá pelo aumento permanente de receita, considerando o crescimento real da atividade econômica refletido diretamente na arrecadação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e das Transferências Constitucionais recebidas do Fundo de Participação dos Estados.

Para essa apuração foram considerados: como taxa de crescimento esperada para o crescimento do ICMS 24,00% em relação ao arrecadado de 2007. A margem para cobertura obtida, excluídas as transferências obrigatórias, foi de R\$ 482.732.633,00. Considerando R\$ 472.418.429,00 como impacto relativo ao aumento da despesa de pessoal obtém-se um saldo líquido de R\$ 10.314.204,00 conforme demonstrado no quadro acima.

Anexo III de Riscos Fiscais

ESTADO DE ALAGOAS LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE RISCOS FISCAIS

• CONCEITOS RELATIVOS AOS RISCOS FISCAIS E PASSIVOS CONTINGENTES

O Estado de Alagoas, após o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal, avançou na direção de um regime fiscal responsável. As mudanças institucionais visam o equilíbrio fiscal de longo prazo, cuja meta de obtenção de resultado primário tem sido cumprida.

Os riscos fiscais podem ser classificados em duas categorias: orçamentários e decorrentes da gestão da dívida.

• RISCOS ORÇAMENTÁRIOS

O primeiro tipo de risco a ser considerado é o orçamentário, que diz respeito à possibilidade das receitas e despesas projetadas na elaboração do projeto de lei orçamentária anual não se confirmarem durante o exercício financeiro. No caso das receitas, os riscos referem-se à não concretização das situações e parâmetros utilizados na sua projeção.

Os principais Riscos Fiscais Orçamentários referentes às Receitas são:

1. Pelos dados apresentados em relatórios analíticos do Balanço Geral do Estado, é preocupante ter como maior componente da nossa Receita Orçamentária o FPE, composto pela arrecadação do IR e IPI, sobre os quais não há gerência do Estado. Sendo assim, é imprescindível que a participação do ICMS suplante o FPE visando com isso diminuir a dependência dos repasses constitucionais e melhorar a gerência dos riscos de queda da Receita.

2. Em relação ao ICMS, podemos elencar alguns fatores que influenciam negativamente sua arrecadação, como por exemplo, os incentivos e benefícios fiscais, que, na maioria das vezes, decorre da guerra fiscal existente entre os Estados. Em relação às indústrias instaladas, observa-se que o incentivo dado pelo Estado através do PRODESIN não tem tido o resultado almejado, ou seja, o incremento da receita do ICMS e geração de empregos.

3. A respeito do setor de Atacado nota-se que a sistemática de incentivos não possibilitou o abastecimento das microempresas, que hoje representam cerca de 50% no número de contribuintes do Estado, permanecendo com grande parte das suas aquisições em outros Estados, deixando evidente a incapacidade de produzirmos riquezas com as nossas oportunidades.

4. O setor sucroalcooleiro, do qual se esperava maior participação na receita, tem aumentado a sua contribuição apenas no volume das exportações, chegando ao patamar de 90%, o que evidencia perda na arrecadação não só pela desoneração do ICMS, mas também pela manutenção dos créditos relativos aos insumos usados, reduzindo com isto o valor do ICMS a ser recolhido. Diante deste quadro das exportações, ficam caracterizados que os fatores externos, como a política cambial, representam riscos que podem influenciar negativamente a arrecadação deste tributo, além de que fatores climáticos também contribuem para este risco na medida em que, interferindo na produção da cana-de-açúcar, podem reduzir a ocupação da mão de obra e, por conseguinte, o poder de compra da sociedade, resultando em queda do faturamento do comércio.

5. O Estado de Alagoas, conhecido como grande produtor de cana-de-açúcar desponta agora como potencial turístico, tornando necessária a revisão da sistemática de apuração dos setores de bares e restaurantes, que, devido à sua importância dentro do segmento do turismo, não reflete uma participação na arrecadação do ICMS condizente com a movimentação dos estabelecimentos envolvidos.

6. O risco inerente à **cota parte das compensações financeiras** é o fato de ser afetada diretamente pelo preço do petróleo, podendo ter ganhos ou perdas em função da variação deste insumo.

7. Importante citar que não se pode mensurar o impacto advindo da **REFORMA TRIBUTÁRIA**, em tramitação no Congresso Nacional, mas que, pela sua natureza, representam riscos fiscais, porque se desconhece o texto final a ser aprovado.

No caso da despesa, o risco é que se verifiquem variações no seu valor em função de mudanças posteriores à alocação inicialmente prevista na Lei Orçamentária.

Pelos fatos expostos deve-se ter a preocupação de melhorar a utilização dos recursos para que a receita estadual não dependa significativamente, como ocorre hoje, dos segmentos de substituição tributária, comunicação e energia elétrica.

Quanto às despesas, vários são os imprevistos que podem ocorrer e impactar negativamente as contas públicas, fenômenos da natureza, política nacional, resultados de julgamentos de processos judiciais e muitas outras. Todas influências externas.

Devido ao fato de não existir controles específicos para convênios não é possível determinar o montante de contrapartidas com que o Estado deverá arcar. A providência a ser tomada é justamente a criação e implantação destes controles.

Em sendo observadas, essas situações ocasionam a necessidade de revisão das receitas e o contingenciamento das despesas, de forma a ajustá-las às disponibilidades de receita efetivamente arrecadadas.

• RISCOS DA DÍVIDA PÚBLICA

O risco inerente à administração da dívida pública estadual decorre do impacto significativo sobre as finanças públicas. A dívida regida pela Lei nº 9.496/97 é composta pela Dívida Mobiliária, Rolagem e Liquidação do PRODUBAN totalizando R\$ 4.786.790.163,00 contabilizada até 31 de dezembro de 2007, ou seja, 76,85%. A Dívida Mobiliária e Rolagem totalizam R\$ 3.686.989.318,00 e o PRODUBAN R\$ 1.099.800.845,00, sendo que aquela é corrigida pelo IGP-DI mais 7,50% a.a e esta IGP-DI mais 6,00% a.a.

A Dívida da Lei nº 8.727/93 referente a COHAB e IPASEAL são vincendas e possui diversos contratos encerrados com alto valor de resíduo. O contrato referente ao resíduo será negociado com os mesmos parâmetros de juros e correção com limite máximo de 60 meses o que implicará no incremento das prestações mensais. Assim sendo, terá reflexo sobre a capacidade de pagamento da Dívida nº 9.496/97 devendo diminuir a amortização e gerará o aumento do resíduo do passivo.

Os riscos da Dívida podem ser enquadrados em três tipos: primeiro tem como premissa a variação nos parâmetros projetados para o estoque conhecido da dívida, principalmente no tocante ao índice que corrige os principais contratos (IGP-DI), pois uma alta acentuada nesse índice como ocorreu em 2002, eleva em muito o estoque da dívida; segundo diz respeito aos passivos contingentes muitos dos quais de difícil mensuração e outros desconhecidos, principalmente aqueles que envolvem disputas judiciais; por fim, o terceiro tipo de risco trata de ações trabalhistas e cíveis em andamento, notadamente de empresas estatais, fundações e autarquias extintas e em processo de extinção.

Finalmente, ainda na classe de riscos da dívida, convém ressaltar que eventual cobrança da União que ultrapasse o limite de 15% de comprometimento da receita líquida real com pagamento da dívida contratada implicará severo risco fiscal.

Vale salientar que a atual gestão reforçou o compromisso com projeto de estabilização fiscal por meio do aumento real de 10,61% da Receita Corrente Líquida no período de 2006 – 2007 e a sustentabilidade da política fiscal é evidenciada com o incremento real do Superávit Primário de 86,21% no período de 2006 – 2007.

Considerando a arrecadação obtida em 2007, conforme tabela abaixo, houve um aumento de 61,66% do ICMS e 44,72% do IPVA nos últimos cinco anos. Esforços continuam sendo tomados para que este caminho de sustentabilidade fiscal seja tomado. Exemplo disto é a parceria com o Instituto Nacional de Desenvolvimento Gerencial (INDG).

	2003	2004	2005	2006	2007	2007/2003	2007/2006
Receita Tributária	1.091.045.367	1.226.614.973	1.345.553.128	1.537.412.015	1.610.735.241	47,63%	4,77%
ICMS	969.385.025	1.090.547.814	1.182.222.416	1.348.317.305	1.402.941.259	44,72%	4,05%
IPVA	46.583.761	31.043.483	57.997.155	65.863.520	75.305.853	61,66%	14,34%
Outras	75.076.581	105.023.676	105.333.557	123.231.190	132.488.119	76,47%	7,51%

Fonte: SEFAZ

É de vital importância o trabalho em conjunto da Procuradoria Geral do Estado e da Secretaria de Estado de Fazenda no que concerne às ações relativamente à cobrança da Dívida Ativa, já que o montante registrado no Balanço Patrimonial é de R\$ 2.578.504.992,00.

Permanecem, no entanto, riscos a serem considerados sendo representado por passivos contingentes derivados de uma série de ações judiciais que podem determinar o aumento do estoque da dívida pública. Esse aumento, caso venha a ocorrer, terá que ser compensado pelo incremento do esforço fiscal (aumento da receita/redução das despesas), de modo a impedir o desequilíbrio nas contas.

O mais expressivo passivo contingente do Estado de Alagoas decorre da discussão quanto aos índices de correção monetária aplicáveis para efeito de atualização de precatórios judiciais, cujos valores orçamentários foram pagos em exercícios pretéritos. Essa discordância deve-se, em grande medida, aos sucessivos planos econômicos implementados nas últimas décadas. Assim, há que ser consignado, como passivo contingente, o valor correspondente aos precatórios.

Por outro lado, o Estado não vem recolhendo contribuições ao Regime Geral de Previdência Social, em relação a servidores não efetivos e aos prestadores de serviço. Portanto, o Estado até fevereiro de 2008 o passivo reconhecido é de R\$ 321.171.594,00 e com base no reconhecimento das inúmeras autuações da fiscalização do INSS o montante poderá ter um crescimento significativo.

No Balanço de 2006 não foi registrado o valor de R\$ 21.896.598,00 referente a insuficiência nos repasses financeiros de Royalties aos Municípios do período de 1998 a 2006. No exercício de 2007 foi pago R\$ 1.585.042,00, restando a ser repassado R\$ 20.311.556,00. Esta obrigação não foi contabilizada no Balanço de 2007 e será objeto de registro em 2008.

No Balanço de 2006 não foi registrado o valor de R\$ 21.896.598,00 referente à insuficiência nos repasses financeiros de ICMS aos Municípios, do período de 2004 e 2005. No exercício de 2007 foi pago R\$ 10.132.136,00 restando a ser repassado R\$ 7.715.426,00. Esta obrigação não está contabilizada no Balanço de 2007, e será objeto de registro em 2008.

A atual gestão herdou um passivo referente aos consignatários de aproximadamente R\$ 38.000.000,00.

Todos esses fatores podem e afetam diretamente o montante da dívida administrado pelo Tesouro Estadual implicando maior ou menor desembolso configurando dessa forma risco.